

O ESPAÇO NA SOCIOLOGIA CLÁSSICA

space in classical sociology

Maria Florice Raposo Pereira *

Resumo

Este artigo desenvolve uma breve análise de trabalhos de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, autores que no século XIX e início do século XX, desenvolveram os pilares sobre os quais se assenta o conhecimento sociológico. A intenção é buscar entender o significado e a representação do espaço geográfico expressos na obra de cada uma destes autores. A abordagem sobre espaço feita por autores tão relevantes da Sociologia sem dúvida seria assimilada por sociólogos que os sucederam. Teria contribuído de alguma forma para a construção da Geografia e para estabelecer relações entre esta ciência e a Sociologia? A leitura atenta destes autores permitiu concluir que as referências a questões relativas ao espaço, considerado em seu conceito mais usual de substrato material, no qual a sociedade se organiza de formas às vezes sutis, indiretas, se dá em situações onde não há como deixar de referencia-las. Grosso modo, observou-se preocupação deles em reduzir explicitamente a importância do espaço, se contrapondo ao determinismo geográfico dominante à época do desenvolvimento de suas teorias sociológicas.

Palavras-chave: Geografia, Sociologia Clássica, Representação do Espaço

Abstract

This article presents a brief analysis of works of Émile Durkheim, Max Weber and Karl Marx, authors in the nineteenth and early twentieth century. They developed the pillars on which rests the sociological knowledge. The intention is to understand the meaning and representation of geographic space expressed in the work of each of these authors. The approach about space made by these authors so relevant for the sociology would undoubtedly be assimilated by sociologists who succeeded. Would this approach have contributed in some way to the construction of Geography and to establish relations between this science and sociology? Considering the space a concept of substrate material where society organizes itself, a careful reading of these authors concluded that references to issues concerning the space are sometimes tenuous, indirect, made in situations where it is impossible not to reference them. It was observed that sometimes these authors were concerned to reduce the importance of space even going against the grain of geographical determinism, which was dominant at the time of development, their sociological theories.

Key words: Geography, Classic Sociology, Representation of Space.

Résumé

Avec le but de comprendre le sens et la représentation de l'espace géographique dans les œuvres d'Émile Durkheim, Max Weber et Karl Marx, l'article met en évidence comme l'approche de l'espace fut réalisé au XIXe siècle-début XXe, ainsi que son assimilation par les sociologues modernes. Ils ont contribué, en quelque sorte, à la construction de la géographie et ont parvenu à établir des relations entre la sociologie et cette science? Une lecture attentive des œuvres en question suscite un cadre où l'espace est pris en compte dans une conception plus habituel de substrat matériel et dont la société l'organise de façon subtile, indirecte, et dans des situations où il est impossible de ne pas le référencier. Il a été observé que, parfois, ils ont réduire l'importance de l'espace et en opposition au déterminisme géographique, concept dominant l'époque de leurs théories sociologiques.

Mots-clés: Representation de l'Espace, Sociologie Classique, Géographie.

(*) Prof^ª. Dr^ª. da Universidade Federal do Ceará – Campus do Pici, Bloco 911, CEP: 60455-760, Fortaleza (CE), Brasil.
Tel/Fax: (+55 85) 3366 9855 / 3366 9864 - mflorice@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O espaço tem sido objeto das mais variadas tentativas de conceituação. Na atualidade, é um termo largamente empregado, transcendendo os círculos acadêmicos. O espaço tem servido para designar desde ambientes físicos naturais e geograficamente delimitados até ambientes ou contextos econômicos, políticos, demográficos e culturais. Independente de referências explícitas, as reflexões dos clássicos da Sociologia remetem forçosamente a noção de espaço, sendo este designado das mais variadas formas. Quanto ao papel do espaço na organização da sociedade, as controvérsias são ainda maiores, indo de sua consideração como determinante quase absoluto na ordem social, política, econômica e dos processos culturais à negação total desta influência.

Por que pensadores igualmente influentes no desenvolvimento da Ciência consideraram tão diversamente o papel do espaço na construção da vida em sociedade? Como a consideração de pensadores diferentes repercutiu na formação da Geografia que tem por excelência o espaço como objeto de estudo?

A reflexão sobre a diversidade na forma de considerar o espaço não gerou respostas plenamente satisfatórias, entretanto, neste artigo levanto hipóteses de respostas se não elucidativas, pelos menos sugestivas, das razões dos desencontros na forma de percepção do espaço geográfico no pensamento sociológico clássico.

No século XIX, a interação sociedade-natureza era referida com ênfase nas ciências naturais e o papel do espaço apresentava-se mesmo que de modo implícito na imaginação sociológica. Já no século XX, a valorização dos processos econômicos, culturais e psicológicos tendia a encobrir o papel do espaço nas abordagens dos processos sociais.

Entretanto, partindo do pressuposto de que é impossível a teorização da sociedade à revelia de elementos como recursos naturais, propriedades do solo, condições climáticas, meios de comunicação, densidades populacionais, experiências históricas e diferenças culturais, nenhum teórico pode abster-se do estabelecimento de conexões teóricas explícitas ou encobertas entre estes elementos e a construção da sociedade em suas abordagens.

A presença quase sempre camuflada do espaço como elemento essencial na construção do mundo significa menosprezo dos clássicos da Sociologia pelo mesmo em suas teorizações sobre a sociedade?

Neste artigo, desenvolvo breve análise sobre trabalhos de Émile Durkheim (1858 - 1917), Max Weber (1864 - 1920) e Karl Marx (1818 - 1883), onde tento identificar como os mesmos consideraram, relativizaram ou menosprezaram o espaço em suas elaborações teóricas.

O ESPAÇO EM DURKHEIM

É freqüente em Durkheim referências a espacialidade, algumas vezes explícitas, outras implícitas. Durkheim refere-se à categoria espaço utilizando expressões como *estrutura*, *cidade*, *lugar*, *densidade material*. A referência aos fenômenos da natureza é quase sempre feita no sentido de negar a influência desta nos fenômenos sociais. Mesmo negando-os, entendo que o pensador revela assim, embora que as vezes de forma confusa, a sua preocupação com os elementos que são tradicionalmente objeto de interesse da Geografia.

Em *A divisão do trabalho social* este autor pretende mostrar a função da divisão do trabalho ou a que necessidades corresponde. Suas causas, condições de que depende e as formas *anormais* que apresenta. Neste trabalho, o autor compara a sociedade a um organismo vivo, onde cada parte deste organismo funcionaria como um órgão dependente dos demais. Durkheim defende a tese segundo a qual a divisão do trabalho levaria a sociedade à condição de consenso. O exercício, pelos indivíduos de uma comunidade, de atividades diversificadas em função de suas condições psico-motoras-intelectuais particulares, permitiria a participação de todos e o conseqüente equilíbrio do



grupo social. Em uma sociedade saudável o funcionamento social se daria através do que o autor designa de *solidariedade orgânica*.

Ao tratar das causas que determinariam a divisão do trabalho e mesmo referindo-se a outros fenômenos sociais, o autor frequentemente os relaciona à questão espacial. No prefácio a primeira edição de *A divisão do trabalho social*, referindo-se a moral que considera *fenômeno como os outros*. Durkheim explicita a relação desta com o contexto histórico e geográfico:

Se ela é isto ou aquilo num dado momento, é porque as condições nas quais então vivem os homens não permitem que ela seja outra coisa, e a prova disso está em que ela muda quando essas condições mudam e apenas nesse caso. Hoje já não é possível acreditar que a evolução moral consiste no desenvolvimento de uma mesma idéia que, confusa e indecisa no homem primitivo, se torna clara e precisa pouco a pouco através do progresso espontâneo das luzes. Se os antigos Romanos não tinham a larga concepção que temos hoje da humanidade, isso não era consequência de um erro devido à estreiteza de sua inteligência; é que semelhantes idéias eram incompatíveis com a natureza da cidade romana. O nosso cosmopolitismo não podia aí aparecer, tal com uma planta não pode germinar num solo incapaz de a alimentar e, aliás, isso não podia ser para ela senão um princípio de morte. Inversamente se mais tarde fez a sua aparição, não foi no seguimento de idéias filosóficas; não foi que os nossos espíritos se tenham aberto a verdades que se desconheciam; foi porque se produziram mudanças na estrutura das sociedades que tornaram necessária esta mudança nos costumes (1991:44).

Coloca-se aí a ideia da *estrutura da sociedade* como responsável pelos costumes e na idéia de estrutura estaria implícita a de organização espacial. A *natureza da cidade romana* determinava a concepção que os habitantes tinham da humanidade. O cosmopolitismo não poderia germinar entre os romanos porque para esta germinação teria que existir um solo próprio. Percebe-se aí uma referência explícita ao substrato espacial.

Reforçando esta idéia em outro momento o autor afirma: *cada povo tem a sua moral que é determinada pelas condições em que vive* (1991: 15). Condições que sendo materiais são espaciais.

Seguida vezes o autor refere-se às diferenças existentes entre os meios urbanos e rurais e mesmo às diferenças internas desses meios como determinantes da divisão do trabalho e do tipo de solidariedade presente nos grupos sociais.

É bom lembrar que na Sociologia, uma ciência consolidada pela modernidade, as elaborações em torno do moderno foram estabelecidas a partir de uma diferenciação espacial básica: *o mundo urbano e o mundo rural*. Esta diferenciação foi de tal forma importante que o rural tornou-se muitas vezes sinônimo de tradicional, arcaico, atrasado, enquanto o urbano passou a transmitir a idéia de moderno, avançado e desenvolvido.

Ao tratar especificamente das causas da divisão do trabalho social, Durkheim afirma que estas devem ser buscadas na variação do meio social. Nos meios nômades ou sedentários, rurais ou urbanos, constituem-se diferentes *tecidos sociais* que se estreitam na medida em que se adensam as populações, diversificam-se as atividades, reorganizam-se os espaços.

Ao adensamento populacional, pela concentração ou pela expansão da população, corresponderia um aumento de mercado e de estímulo ao desenvolvimento da indústria. Na verdade, não seria possível compreender o desenvolvimento industrial sem uma organização das estruturas. As comunicações, as edificações, as relações intra-urbanas, inter-regionais e internacionais, seriam estabelecidas em função de novas necessidades geradas pela mudança das atividades. Esta, por sua vez, decorreria das mudanças na densidade material e moral. Haveria assim, uma relação recíproca de determinação entre organização espacial e fenômenos sociais.

Na preocupação de Durkheim com o progresso da moral e em sua fé na evolução da sociedade no sentido do consenso, do equilíbrio e da justiça, para isto contribuindo a divisão do trabalho social, estaria implícita a idéia de harmonia de uso, ocupação e relações entre os espaços.

Em *O suicídio* (1897), Durkheim propõe-se a analisar as condições sociais do suicídio ou como os fatores que atuam sobre o conjunto da sociedade podem afetar os seus índices de ocor-



rência. Após definir o fenômeno e refutar interpretações anteriores sobre o mesmo, estabelece sua célebre tipologia: *suicídio egoísta*, *suicídio altruísta* e *suicídio anômico*. A partir daí, desenvolve uma teoria geral sobre o fenômeno em questão onde estabelece relações entre a sua incidência e os lugares onde os mesmos ocorrem, mesmo não parecendo haver uma intenção óbvia de explicar a diferenciação a partir do substrato espacial.

Ao referir-se ao suicídio egoísta entre os judeus, explica que os mesmos suicidam-se menos que os protestantes e quase sempre menos do que os católicos, apesar de habitarem mais em cidades.

Aliás, destaca Durkheim que não se poderia perder de vista que os judeus, ao contrário de outros grupos confessionais, vivem mais nas cidades e dedicam-se mais às profissões intelectuais. Estariam então mais inclinados para o suicídio do que os membros de outros cultos, e isto por razões alheias à religião que praticam (1977:102).

Ao afirmar que por habitarem nas cidades e dedicarem-se às profissões intelectuais os judeus deveriam ter maior taxa de suicídio, Durkheim estabelece uma relação com o urbano, considerado influência agravante, para a ocorrência do fenômeno em questão, embora no caso específico dos judeus considere a influência da religião muito forte a ponto de manter os índices de suicídios em baixos níveis.

Na análise do *suicídio altruísta*, que decorreria de uma individuação insuficiente ou integração demasiada à sociedade, Durkheim conclui que ela é mais freqüente em organizações sociais *primitivas* ou *bárbaras*. Ocorreriam entre os povos da Gália e da Germânia, na Polinésia, entre os índios da América do Norte entre as civilizações orientais, na China, na Conchinchina, no Tibet, no Sião e na Índia.

Nas civilizações modernas embora de forma menos freqüente, ocorreria o suicídio altruísta e o exército seria um meio especial onde ele se encontra em estado crônico. Considerando-se o espaço em sua dimensão social, evidencia-se a forte relação que o autor estabelece entre a forma como este se apresenta e as taxas de ocorrência dos suicídios altruístas.

O suicídio anômico ocorreria em situações de exceções, tanto de prosperidade com de dificuldade. Seriam momentos de perturbações de ordem coletiva, incitando à morte voluntária. Situações de crises aumentariam as taxas de suicídio. Comparando-se as condições econômicas dos países ou regiões fora das situações de exceção, observa-se que as taxas de suicídio são menores em lugares mais miseráveis. *Podemos mesmo afirmar que a miséria protege*. A influência da espacialidade estaria perceptível na ocorrência diferenciada de taxas de suicídio entre espaços nacionais, regionais e locais que apresentam condições desiguais de miséria e riqueza.

Assim como no suicídio egoísta e altruísta, os espaços urbanos e rurais são relacionados a diferença de intensidade na ocorrência dos suicídios. Durkheim a considera como decorrência do nível e tipo de integração destas diferentes formas de organização espacial.

Em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim pretende elaborar uma teoria geral da religião através da análise de instituições religiosas simples ou *primitivas*. Neste livro o autor descreve e analisa minuciosamente o sistema de clãs e do totemismo em tribos australianas com alusões a tribos americanas. Segundo Durkheim, as sociedades australianas estariam o mais próximo possível das origens da evolução: suas técnicas são rudimentares, a casa ou a choupanas inexistem e a organização baseia-se em clãs. Enfim, é a mais primitiva forma de ocupação do espaço passível de investigação.

Este livro reflete a evolução da trajetória de pensamento de Durkheim. Percebe-se nele a primazia que o autor coloca na *consciência coletiva*. A base morfológica, os fenômenos estruturais, a densidade material e moral dão lugar ao supra-estrutural, ao social, à consciência coletiva como fundamento de tudo: religião, política, economia e espaço. O autor parece não considerar a hipótese de uma relação dialética, substituindo causas deterministas. A relação entre espaço e fenômenos sociais existiria, só que determinada pelos últimos. As referências ao espaço são feitas no sentido de reforçar a importância do social na determinação do espacial.

[...] o espaço não é aquele meio vago e indeterminado imaginado por Kant: pura e absolutamente homogêneo, não serviria para nada e sequer poderia ser pensado. A representação espacial consiste essencialmente em uma primeira coordenação introduzida entre os dados de experiência sensível. Mas essa coordenação seria impossível se as partes do espaço se equivalessem qualitativamente, se fossem realmente substituíveis umas às outras. Para poder dispor espacialmente as coisas é necessário poder situá-las diferentemente: colocar umas à direita, outras à esquerda, outras no alto, aquelas em baixo, ao norte, ao sul, a leste ou a oeste, etc., da mesma forma que para poder dispor temporalmente os estados da consciência, é preciso conseguir localizá-los em datas determinadas. Isso significa que o espaço não poderia ser o mesmo se, exatamente como o tempo, não fosse dividido e diferenciado. Mas de onde surgem essas divisões que lhe são essenciais? Por si mesmo ele não tem nem direita, nem esquerda, nem alto nem baixo, nem norte, nem sul, etc. Todas estas situações derivam evidentemente, do fato de valores afetivos diferentes terem sido atribuídos às regiões. E como todos os homens de uma mesma civilização possuem uma mesma representação do espaço, é necessário evidentemente que esses valores afetivos e as distinções que deles dependem sejam igualmente comuns, o que implica, quase necessariamente, que são de origem social (...) assim a organização social serviu de modelo para a organização espacial, que é como um decalque da primeira. Longe de estar implicado na natureza do homem em geral, até a distinção da direita e da esquerda é muito provavelmente produto de representações religiosas e por conseguinte coletivas (1998:12).

As colocações de Durkheim, expressam uma ideia de determinação social absoluta na construção do espaço geográfico.

O ESPAÇO EM WEBER

Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, analisa a relação existente entre a religiosidade e o capitalismo. Logo à Introdução deste livro, delimita espaços, destacando enfaticamente as diferenças entre as *civilizações ocidentais* e *civilizações orientais* no que se refere às manifestações religiosas e aos conhecimentos da matemática, da astronomia, das ciências naturais, da história e das artes. Salienta ainda as diferenças entre as organizações políticas e sociais nos países ditos civilizados destes dois lados do mundo.

Weber discorre sobre a diferenciação do capitalismo que teria existido em todos os lugares civilizados da Terra, mas que teria assumido uma organização assentada no trabalho livre *apenas no Ocidente*, assim como sobre a inexistência de um socialismo racional *fora do moderno Ocidente*. E finalmente, considera como o seu centro de interesse nessa obra as origens desse sóbrio capitalismo burguês com sua organização racional do trabalho (1992:9) que enfatiza ter existido *apenas no Ocidente*.

Embora nunca se referindo explicitamente a importância da localização na determinação destas diferenças, Weber é enfático ao delimitá-los em função da posição longitudinal dos lugares. *Civilização Ocidental e Civilização Ocidental, países orientais e países ocidentais, cultura oriental e cultura ocidental*. Weber considera a racionalidade na organização econômica do Ocidente como o elemento básico de sua diferenciação com o Oriente que não conhecia a organização racional do trabalho, uma contabilização racional e estruturas racionais de direito e da administração que existiriam *em grau de relativa perfeição somente no Ocidente* (1992: 9). Existiria uma racionalidade ocidental peculiar, específica cujas origens ele pretende explicar. Assim o autor espacializa a racionalidade, situando-a em lugares e estabelecendo limites bem distintos entre os mesmos.

Porém Weber coloca explicitamente a possibilidade de fatores étnicos contribuírem para influenciar nas diferenças:

Quando repetidamente declaramos mesmo em setores de vida aparentemente independentes entre si que determinados tipos de racionalização se desenvolveram no Ocidente e apenas no Ocidente, seria Natural suspeitar que a razão fundamental esteja em diferenças de hereditariedade. (...) é muito grande



a importância da hereditariedade biológica (...). Deve ser justamente uma das tarefas do trabalho histórico e sociológico a análise primeira de todas as influências e relações causais que possam ser satisfatoriamente explicadas em termos de reações às condições ambientais. (1992:14)

A leitura de um trabalho que trata de questões religiosas e econômicas pode levar à percepção da busca do homem por um *lugar*. Ele o tenta na Terra, no Céu, no Velho ou Novo Mundo. A conquista de um espaço para si é fundamental ao homem e a conquista de um espaço social político, religioso e econômico se expressa sempre na ocupação concreta ou idealizada de um *chão*, de um *território*.

Nas abordagens dos *representantes históricos do protestantismo ascético*, o Calvinismo, o Pietismo, o Metodismo e as seitas derivadas do movimento Batista, Weber os situa histórica e geograficamente e analisa os fundamentos de cada uma destas correntes cristãs, destacando a moralidade ascética em suas diferentes raízes dogmáticas e não dogmáticas, a sua relação com o Além e com os interesses práticos vividos por cada uma das sociedades onde estas manifestações foram dominantes. Não seria necessário insistir que, interesses práticos, sejam religiosos e/ou econômicos não podem ser desconectados de uma realidade material empírica com a qual mantêm relações de influências recíprocas.

Seria possível a Weber, que viveu num ambiente intelectual impregnado pelo debate geopolítico derivado do processo de afirmação/expansão do estado nacional alemão, abster-se de reflexões sobre o espaço e a organização política? Não é o que se pode inferir de uma leitura inicial de *Estruturas do Poder* (1963) escrito entre 1910 e 1914 e publicado postumamente em 1921, onde Weber discorre sobre o prestígio e o poder das grandes potências, sobre as bases econômicas do imperialismo e sobre a nação.

O autor afirma que *todas as estruturas políticas usam a força, mas, diferem no modo ou na extensão com que a empregam ou ameaçam empregar contra outras organizações políticas* (1963:187). O uso da força teria, para algumas estruturas, a função de expandir o poder sobre outros territórios, incorporando-os ou os tornando dependentes. Ter-se-ia então, *estruturas de poder* voltadas para o exterior, *expansivas e isolacionistas*.

A busca de expansão do prestígio e do poder teria estado sempre presente nas origens das guerras, fenômeno que, sobretudo no passado, implicava necessária a disputa de domínio sobre territórios ocupados. As grandes comunidades políticas seriam aspirantes a prestígio sempre maior e estariam permanentemente ameaçando vizinhos. Os *fracos* estariam sempre ameaçados. Ocorreria uma *dinâmica do poder* em que relações políticas exteriores estariam permanentemente tentando superar-se, dominando outros territórios, ou mantendo o equilíbrio não se deixando dominar ou perder o prestígio adquirido.

Weber analisa o papel da economia na expansão das grandes potências, relativizando a sua importância e destacando o papel dos fatores políticos na formação dos territórios econômicos. Cita como exemplo, as barreiras alfandegárias que, politicamente definidas, poderiam, entretanto, determinar os limites econômicos de um território. O comércio de exportação teria um papel relevante na formação dos Grandes Estados. Embora estes não seguissem necessariamente as rotas comerciais, frequentemente, os meios políticos administrativos é que teriam estabelecido as condições propícias ao desenvolvimento econômico. Refletindo possivelmente como autêntico cidadão do Império Germânico, Weber considera que o próprio capitalismo poderia ter sua evolução estrangulada pela estrutura política prevalecente. Conforme esta fosse administrada, poderia manter bases econômicas incompatíveis com o desenvolvimento desse sistema econômico.

Em leituras iniciais, é intrigante verificar que, em Weber, a hipótese de uma influência geográfica na organização do mundo não é explicitamente levantada assim como não há referência à intervenção das sociedades sobre as alterações no meio ambiente. O espaço em si parece ser concebido apenas como palco de ocorrências e não um de seus agentes.

Ao trabalhar a nação, Weber exclui a sua relação com a territorialidade. Negando a origem econômica da nacionalidade, o autor considera este conceito como pertencente à esfera de valores:



a nacionalidade seria traduzida por sentimentos de solidariedade de um grupo frente a outros, não podendo ser apresentada em termos empíricos. Estaria fundada em sentimentos de prestígio que, para o seu próprio crescimento, teria que ser difundido pelas comunidades. O sentimento de nação poderia ainda estar relacionado à língua, a elementos étnicos, a credos religiosos, à memória política, a preconceitos sociais. Ao sentimento de amor ou apego ao próprio solo, por tantos cantado em prosa e verso, não faz referência...

Em *Metodologia das Ciências Sociais* (1993), estão reunidos alguns dos mais complexos e abstratos ensaios de Max Weber. Discutindo a metodologia, Weber trata de relevantes questões relativas às ciências sociais e mesmo naturais, estabelecendo relações entre as mesmas. As ciências históricas e sociológicas seriam causais, os historiadores e sociólogos deveriam não só compreender a conduta da sociedade, como também determinar as causas que geram crenças, organizações políticas e econômicas, relações entre as organizações etc. Ao trabalhar a causalidade, as circunstâncias singulares ou regulares que provocam os fenômenos deveriam ser consideradas. Embora não citados, compreende-se que seria impossível deixar de estabelecer relações com elementos que podem ser classificados como de natureza geográfica. As guerras de conquista, por exemplo, não buscam o domínio de espaços estratégicos, de espaços sagrados, de locais ricos em minerais ou outros produtos de valor econômico? Para os que negam a importância do espaço ou a omitem, as causas seriam políticas, religiosas e econômicas. Entretanto, o próprio Weber talvez invalidasse uma análise que deixasse de englobar aspectos de reconhecida relevância para a compreensão de uma realidade. As explicações causais talvez diferissem em função de quem as fez, entretanto difícil seria eliminar entre os seus elementos determinantes uma de suas partes integrantes: o espaço em que elas ocorrem.

É possível inferir que os elementos de ordem natural ou social teriam, na concepção weberiana, sua relevância estabelecida a partir de julgamentos de valores e da relação da sociedade com estes valores (que por sua vez são criações históricas e sociais). Talvez o próprio *julgamento de valor* presente nos cientistas sociais justifique a pouca importância dada às questões de natureza espacial, para a compreensão dos fenômenos da sociedade, na obra weberiana.

Entretanto, a anulação da concretude, da evidência empírica, parece ser uma atitude incompatível com a concepção de racionalidade das ações sociais e, portanto das ciências que tentam compreendê-las. Não fica claro se a posição de Weber contra o naturalismo representa efetivamente a negação objetiva dos elementos naturais, como causalidade básica na ocorrência dos fenômenos sociais.

O ESPAÇO EM MARX

Em Marx, diferentemente de Durkheim e Weber, há referências explícitas ao espaço, reconhecido como resultado da produção humana. A transformação do ambiente está inserida na categoria central do pensamento de Marx, que definiu o homem como *ser que trabalha*. Em, *O capital* (1988), este autor conceitua o trabalho como uso da inteligência e da energia físico humana na transformação da natureza para a produção dos meios de subsistência. O ambiente natural estaria assim permanentemente submetido à ação social.

Para Marx as ações humanas não seriam comandadas pelas diferenciações dos ambientes naturais, mas a conquista social dos espaços teria profunda repercussão na organização social do trabalho e no ordenamento do poder. No *Manifesto comunista*, chega a considerar que o desenvolvimento do capitalismo teria sido impulsionado pelas possibilidades de expansão geográfica dos interesses da burguesia européia. Esta expansão estaria na base da hegemonia burguesa sobre o domínio feudal:

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia em ascensão um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, o comércio colonial, o incremento dos meios de



troca, e em geral das mercadorias desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (1987:77).

Valorizando a organização social estabelecida para a produção como fundamento do processo evolutivo e tomando a história como resultante da luta de classes, Marx teria anulado a influência do espaço nos processos sociais? A resposta a esta questão pode ser estabelecida através da investigação objetiva das teorizações de Marx e Engels sobre as condições de trabalho, de produtividade, de competição e de mudanças na sociedade. Conviria sublinhar que Marx sempre destacou a ação da sociedade na transformação da natureza e argumentou que o desenvolvimento científico alteraria a forma de relacionamento e exploração homem/meio.

Engels, no prefácio da *Dialética da Natureza* (1985), onde tentou historiar o conhecimento do mundo natural, assinalou que foi através das ciências que tratam do mundo físico em contraste com a produção filosófica que se conseguiu *desenvolvimento científico* sistemático e múltiplo. Este desenvolvimento que tomou impulso com a Reforma e o Renascimento seria liderado por pensadores com amplo conhecimento das diversas regiões, costumes e línguas.

Embora tenha sido maior a influência de Marx entre os estudiosos do espaço a partir da segunda metade do século XX, graças sobretudo ao geógrafo marxista francês Yves Lacoste, já no século XIX tanto pensadores de filiação empirista-positivista, como aqueles de filiação hegeliana sofreram influência de Marx. Ratzel, o pai da Geografia determinista, defendeu a ideia segunda a qual o atendimento as necessidades materiais seria condição indispensável à realização de atividades espirituais. Jean Brunhes, que costumava utilizar expressões marxistas, destacou a ação do homem sobre a natureza da qual usaria as substâncias e os modelos na fabricação dos seus objetos, deixando, entretanto, a sua marca sobre ela, humanizada-a. Não seria isto, em essência, a ideia da natureza transformada?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise não exaustiva de autores que tiveram significativo papel na construção da Sociologia permite inferir que na imaginação sociológica de clássicos como, Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber o papel atribuído ao espaço no seu sentido mais físico mais natureza era reduzido enquanto se valorizava ao extremo os processos econômicos culturais e psicológicos que tendiam a encobrir o peso do que era considerado espaço nas abordagens dos processos sociais.

Mergulhar no pensamento de sociólogos, filósofos, historiadores e demais cientistas em busca de suas percepções sobre o espaço é um exercício que envolve paciência e humildade no reconhecimento das limitações do estudioso na realização deste tipo de análise. Na verdade, deve-se ler nas entrelinhas, pois, são elas que revelam na maior parte das vezes, juízos não expressos de forma explícita. Ademais, os ambientes, político, ideológico e científico da época em que as obras foram elaboradas devem ser considerados o que facilita a compreensão da argumentação dos seus autores.

O mergulho, entretanto, é compensador e a leitura dos autores ganha novos significados quando se busca a possibilidade de uma interlocução entre a Geografia e outras ciências com as quais esta mantém afinidade mais próxima. Afinal, a discussão sobre o papel do espaço na construção da sociedade está ainda longe de se esgotar e aos profissionais da Geografia compete reafirmá-lo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 3. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1990.
- CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- COHN, Gabriel. (Organizador) **Weber**. Editora Ática, São Paulo, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. 3.ed, Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Lisboa: Editorial Presença, Livraria Martins Fontes, 1977.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas. 1989.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- ENGELS, F. **Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LA BLACHE, Vidal de. **Princípios da Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos 1954.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Global, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- QUAINI, Massino. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RAISON, Timothy (Org.). **Os precursores das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- RODRIGUES, José Albertino (organizador) – **Durkheim**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: livraria Pioneira, 1992.
- WEBER, Max. Estruturas do poder. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- WEBER, Max. **Metodologias das ciências sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

Trabalho enviado em maio de 2013
Trabalho aceito em junho de 2013

